

Reagrupamento Revolucionário



rr4i.org

[Nº 11]

rr-4i@krutt.org



Entre a colaboração de classes do PT e a extrema-direita antidemocrática

Aonde vai o Brasil?

Por Rafael Ferreira, maio de 2018

Os tempos não são fáceis para aqueles que nem negam a realidade diante dos seus olhos, e nem se rendem a ela buscando a linha mais “viável” ou fácil (que frequentemente é uma proposta de repetir os erros do passado). A conjuntura se desloca cada vez mais à direita, pois não existem alternativas fortes de esquerda e aqueles reconhecidos como parte desse campo político majoritariamente se limitam aos quadros da institucionalidade burguesa. Qualquer coisa que vá além dessa limitada institucionalidade é taxada por ambos os lados do espectro político como muito “radical”, “sectário”, enfim, “extrema esquerda”, e é apagado da disputa política e ideológica. O resultado é que o centro vira “esquerda”, direita vira “centro” e extrema-direita aparece como uma alternativa viável, enquanto muitas correntes de esquerda são vistas como extremistas, terroristas, algo a que não se pode dar atenção.

Isso favorece tanto a direita quanto o PT e seus satélites. Bater no PT e associar o partido com a corrupção é um discurso fácil para amplos setores da direita construírem suas campanhas, dada as dificuldades de

PSDB, MDB e outros se diferenciarem do PT no que se refere ao envolvimento em esquemas de corrupção (já que estiveram tanto quanto ou até mais metidos neles do que o PT). Abre-se uma janela para um discurso radical de direita que consegue colocar essa direita “clássica” e o petismo como a mesma coisa através desse discurso anticorrupção, que se alia com as expressões dos mais comuns preconceitos existentes em nossa sociedade. Essa vertente, representada especialmente por Bolsonaro, se utiliza do senso comum e desconhecimento da população sobre os mais diversos assuntos para se colocar como uma alternativa óbvia, fácil e rápida para problemas candentes.

A ideologia vigente entre os trabalhadores permite ver a corrupção e seus efeitos negativos, mas não permite ver suas causas, nem sua relação extremamente próxima para com o atual sistema econômico. Nossa educação deficitária e a própria ação ativa de sujeitos nessa disputa ideológica limitam nossas possibilidades de romper com os preconceitos enraizados historicamente no país, de forma que continuamos a acreditar neles. Diante disso é até possível perceber a limitação do discurso que

para na questão da corrupção (que é a base dos partidos tradicionais de direita, tipo o PSDB). Mas sem romper com os preconceitos, sem romper com a crença no sistema econômico, o máximo que se pode fazer é criticar aqueles que julgamos (corretamente ou não) corruptos, defender ou naturalizar o sistema econômico e usar os preconceitos como elo nesse discurso e justificativa para outros problemas sociais.

Por exemplo, em vez de criticar o capitalismo pela exploração da mão de obra, desigualdade social e desemprego, culpa-se os imigrantes pela redução das vagas de emprego e diminuição do salário. Portanto, a ideologia burguesa (vamos dar nome aos bois) até deixa um espaço para raciocinarmos acerca da situação atual, mas esse raciocínio tem liberdade para caminhar só para a direita, podendo chegar ao seu extremo. Em última instância, ela torna o radicalismo de direita viável, enquanto apaga a esquerda radical da disputa política. Se aceitarmos essa imposição, aqueles que são de esquerda podem ver-se forçados a defender o próprio sistema capitalista (na forma de uma limitada defesa da “democracia”) enquanto única saída possível contra a extrema direita.

Agora, seria isso bom também para o PT? Esse “bom” é relativo, porque o PT é o principal bode expiatório de todo o processo, mas cabe lembrar a trajetória recente desse partido, que só conseguiu chegar ao poder com a “Carta ao povo brasileiro”, na qual Lula assumia compromissos com a burguesia e pôde ser aceito como presidente. De lá para cá, o PT somente aumentou suas alianças e relações com os partidos da direita tradicional, especialmente o PMDB (que mudou de nome para MDB) e, quando a crise internacional chegou até o país, teve que governar cada vez mais como um partido da direita tradicional para manter-se no poder. Assim, vimos Dilma, mas também o partido, dar ministério para figuras como a ruralista Kátia Abreu e o quase tucano Joaquim Levy, voltar atrás de projetos e atender interesses de bancadas como a evangélica e ruralista, dar isenção de impostos para empresários e até mesmo aprovar a lei antiterrorismo usada para reprimir manifestações durante a copa e olimpíadas.

Depois de longos anos gozando de alta popularidade, o PT começou aos poucos a perder a confiança de alguns de seus eleitores, militantes e apoiadores, que começam a duvidar da viabilidade do projeto petista ou ao menos da capacidade do PT em aplicá-lo. Então veio o impeachment, que pode ser corretamente chamado de golpe, onde, mesmo se propondo a atender cada vez mais os interesses da burguesia, o PT foi passado para trás, visto que precisavam escolher um bode expiatório para representar todo o mal da corrupção e “estancar a sangria em um grande acordo nacional com o supremo com tudo”. Esse processo culminou com a prisão de Lula e agora sofre alguns outros desdobramentos. Isso tudo colocou o PT em uma posição de vítima e sua boa máquina de propaganda logo iniciou o discurso de que o golpe foi porque o partido representava os interesses dos trabalhadores. Indicando corretamente o golpe como uma manobra da direita, fez-se

uma grande campanha sobre as organizações de esquerda para que se alinhassem com o discurso petista, ou estariam “fazendo coro com a direita”. O que resultou, por sua vez, na conformação de “frentes” que defendem o PT e dão vida nova ao projeto enganador de “colaboração de classes” do partido, como única alternativa viável diante do crescimento da extrema direita.

Ou seja, é colocada diante de nós uma polarização. Mas não é uma polarização no sentido de radicalização política de esquerda x direita, ela é, na melhor das hipóteses, centro-esquerda burguesa (PT) x direita radical burguesa (Bolsonaro). Ambos os polos se retroalimentam: conforme o PT recupera sua popularidade e apoio, seus opositores se veem tentados a tomar uma postura mais radical e caminham rumo ao Bolsonaro; ao mesmo tempo em que, quanto mais este cresce, mais se diz necessária a união da esquerda diante do PT para detê-lo.

A união das alternativas de esquerda em torno do PT é problemática na medida em que, para que seja viável, ela pressupõe o abafamento de críticas mais profundas ao projeto político desse partido (o que é justificado pela necessidade de se unir contra a extrema direita). O próprio PT diante de todo o corrido não fez autocritica e nem se propôs a mudar seu projeto (inclusive cogitou até nova aliança com o MDB). A presença de organizações que se dizem revolucionárias de esquerda em alianças que defendem o mesmo projeto que deu na situação atual – como na forma da Frente Povo Sem Medo / Vamos, e no recente manifesto “Unidade para reconstruir o Brasil” (assinado pelas fundações do PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL) é contraditório, contraproducente no interesse de buscar conscientizar o proletariado sobre nosso sistema político, econômico e social; essas uniões também dão uma cobertura de esquerda ao projeto petista, ou seja, reforça a imagem que os próprios petistas querem fazer de si mesmos que eles são a única alternativa de esquerda possível.

Cabe dizer que uma “frente antifascista” (não consideramos que a atual extrema-direita seja

Nº 11 - 1º Semestre de 2018

Aonde vai o Brasil?	[p. 01]
Unidade sim, mas para lutar! Nada de blocos políticos com o lulismo!	[p. 04]
Contra a intervenção militar no RJ! Por Marielle!	[p. 06]
Sobre o julgamento e a prisão de Lula	[p. 08]
A Independência Catalã e a luta por uma Federação Socialista da Península Ibérica	[p. 10]

Reagrupamento Revolucionário

Site: rr4i.org

Email: rr-4i@krutt.org

Facebook: facebook.com/reagrupamento

majoritariamente fascista) ou até mesmo uma frente na defesa dos direitos democráticos dos trabalhadores não seria algo ruim, nem deveria excluir as bases do PT (sua militância nos sindicatos e movimentos sociais em geral). Mas essa suposta frente precisaria ter propostas de ação claras e a ação conjunta para defesa ou combate de um inimigo em comum. De forma alguma deve suprimir as críticas feitas aos programas de outras organizações, e menos ainda ser um bloco político em torno de um programa ao estilo “denominador comum”. O problema é que até agora todas as “frentes” que surgiram não deram visão às críticas ao projeto petista, pelo contrário, o reafirmaram ou foram meros eventos de palanques eleitorais, além de que o PT tem cumprido a função de “acalmar” as manifestações surgidas até então.

Portanto, o lado bom para o PT disso tudo é que ele está recuperando seu apoio popular e se constituindo como a única esperança programática para aqueles que não se identificam com a direita tradicional, a direita radical ou mesmo as ditas “novidades políticas” (que na prática defendem a mesma coisa que a direita que já estamos acostumados), e tudo isso sem ter que abrir mão de seu projeto político aplicado até então. Ou seja, recupera apoio popular e se mantém em boa condição para negociar com a burguesia. Claro que isso não significa que o PT sairá vencedor disso tudo, e o próprio PSOL se coloca como uma alternativa ao PT, mas com uma proposta de governo bastante similar (especialmente a partir da aliança com a plataforma Vamos, encabeçada por Guilherme Boulos) e poderia ocupar o espaço outrora ocupado pelo PT. Uma derrota do projeto petista provavelmente colocaria no poder um partido que faria todas as reformas e cortes que a burguesia quer, consequentemente isso desgastaria esse governo no decorrer de seu mandato e o PT faria seu papel de oposição e se colocaria como alternativa no próximo período eleitoral, fazendo apelo à toda sua história e ao processo do golpe que sofreu. Nessa situação o PT acaba tendo maior capacidade de manobra eleitoral do que qualquer outro partido que tente tomar sua posição.

Por fim, mas não menos importante, diante de uma situação de polarização é comum se observar os discursos que pedem para se desconfiar ou evitar os extremos, um discurso normal que prega o equilíbrio e tende ao centro. Esse discurso por si já apaga as alternativas de esquerda, pelo menos a esquerda radical, revolucionária e limita ao debate entre a “colaboração de classes” petista ou na direita tradicional, excluindo também as alternativas de extrema direita. No fim das contas, é uma posição que serve de sustentação do status quo ainda que com possibilidade de pequenas reformas. Porém, esse discurso carrega um novo perigo na atual conjuntura, onde a polarização vai do PT a Bolsonaro e esses são considerados os extremos. Se o PT é o “polo à esquerda” e o Bolsonaro o polo à direita, no centro está a direita tradicional, e assim que surge ninguém menos que Geraldo Alckmin (PSDB), chamando MDB e outros para formar um campo que chama de “Centro Democrático” (conforme matéria do Estadão de 27 de



abril), mais uma recriação fabulosa que nossos partidos de sempre fazem para se constituírem como algo diferente e o discurso que usam é exatamente esse de “temos que nos unir pelo interesse nacional”, “radicalismo não leva a nada”, “temos que enfatizar nossas semelhanças”. Portanto, é mais uma dose colossal para obscurecer as enormes diferenças sociais que existem no país e manter a degradação das condições de vida dos trabalhadores para sustentar a exploração capitalista. Talvez entre pessoas mais à esquerda, isso não seja um problema, provavelmente não cairão nesse papo de Alckmin de “centro”, só que nesses casos, a tendência é enxergar esse “centro ideal” no PT e seus satélites. Mais uma vez, qualquer coisa que pudesse chegar perto de uma proposta socialista e revolucionária fica apagada da política.

Resta uma grande dúvida quanto aos partidos da esquerda radical, revolucionária: quando poderemos apresentar nossas propostas de fato se não temos espaço para isso quando o sistema vai bem e quando vai mal temos que nos limitar ao projeto do “centro”, porque não temos força para fazer valer o nosso e a extrema direita começa a aparecer no horizonte? Não tem atalho, não é fácil, as propostas socialistas e revolucionárias depois de tudo que aconteceu na história são difíceis de serem defendidas, explicadas e entendidas, existe muita desinformação, mentiras e falta de entendimento. Mas, se forem escondidas, postas em segundo plano, pelos seus próprios defensores, nunca mudaremos essa situação. A saída é criticar, explicar, demonstrar o melhor que pudermos para tentar aumentar nossas forças para que, no futuro próximo, possamos nos tornar uma força significativa na política. O caminho da crença numa imaginária “colaboração de classes”, como ficou demonstrado pela história recente do PT, não vai conseguir dar solução satisfatória para os problemas centrais do nosso tempo. Conforme apontou Leon Trotsky, um dos dirigentes principais da revolução russa de 1917: “Quanto mais conciliadores, doces e obsequiosos formos com a burguesia, mais intransigente e feroz ela se tornará contra nós.” Que o próximo ascenso da classe trabalhadora seja com uma consciência socialista e um programa de reivindicações que ataquem os patrões e os poderosos na defesa de nossos interesses; um projeto que não nutra esperanças e não aceite um “governo de esquerda” nos limites do Estado burguês e em colaboração com a classe capitalista, mas que busque construir um novo tipo de poder, dos trabalhadores e para os trabalhadores.



Contra os ataques aos direitos e o avanço reacionário, construir uma frente de lutas dos trabalhadores!

Unidade sim, mas para lutar! Nada de blocos políticos de colaboração de classes!

Maio de 2018



Desde o **golpe** que tirou o PT do governo para aprofundar as medidas de **austeridade**, a classe trabalhadora brasileira tem sofrido uma avalanche de derrotas. Em 28 de abril de 2017, os trabalhadores mostraram sua disposição à luta, ao atenderem com força o chamado de **greve nacional**. Foi a maior paralisação desde 1989. Não era o que esperavam o PT, PCdoB e seus satélites, que, mesmo com o golpe e a perseguição a Lula, estão em uma rota suicida para **evitar mobilizações** que assustem os patrões. Adiaram ao máximo a convocação de um segundo dia de greve nacional e, quando ela finalmente ocorreu, se retiraram na última hora, aceitando a “reforma trabalhista” em troca da promessa de manutenção do imposto sindical. Nesse meio tempo, usaram toda sua força para desviar a indignação proletária com impotentes “**marchas à Brasília**” e em inofensivos showmícios pelas “**diretas já**”. Nisso, contaram com a colaboração vergonhosa de praticamente toda a esquerda dita socialista, que colocou os métodos da luta de classes em segundo plano.

Mesmo antes do golpe, nós do **Reagrupamento Revolucionário** temos feito agitação por uma **frente nacional de lutas** da classe trabalhadora (em outras palavras, uma frente única proletária), que unifique e expanda as lutas, organizando uma forte resposta aos ataques da burguesia e seus lacaios no Estado capitalista. Uma frente assim encontraria forte oposição da **burocracia** que hoje dirige as maiores organizações

que dizem representar os interesses dos trabalhadores (CUT, CTB, Força Sindical etc.), pois essa burocracia é uma **aristocracia mercenária**, que usa suas posições de liderança para se engraçar com os patrões e/ou se eleger, “subindo na vida”.

Mas fica cada vez mais claro que a **política imobilista** do PT e cia. está gerando **forte tensão em suas bases**, que exigem alguma forma de resistência aos ataques violentos da burguesia. Um exemplo significativo foi quando a multidão que estava em São Bernardo em solidariedade à Lula tentou impedir na marra que ele se entregasse à Polícia Federal. Portanto, há **espaço fértil** para que uma esquerda revolucionária dê o pontapé na formação de uma frente dessas e consiga separar, pela força do exemplo, setores cada vez maiores de trabalhadores da burocracia pró colaboração de classes, conforme a frente assuma lutas de várias categorias e movimentos sociais.

Mas não é o que, na prática, avalia o grosso da esquerda dita socialista. Diante de novos fatos políticos alarmantes – a execução da vereadora do PSOL Marielle Franco e o atentado à caravana de Lula no sul, num contexto perigosíssimo de intervenção militar no Rio de Janeiro – várias organizações passaram a bradar por uma **unidade com o PT e aliados “em defesa da democracia”**. Com isso, se fortaleceu uma rota que já vinha sendo traçada pela **direção do PSOL**, de aliança política com o PT, PCdoB (como na forma das Frentes



O Dia

Palanque eleitoral no Circo Voador (RJ), disfarçado de “ato pela democracia”, e que muitos ditos socialistas viram com entusiasmo como uma “frente anti-fascista” (mesmo não sendo “frente” e menos ainda chamado ações práticas de mobilização).

Brasil Popular e Povo Sem Medo) e, na esteira disso, até mesmo com os partidos burgueses PDT e PSB, expressa no “Manifesto pela Reconstrução do Brasil”, assinado pelas fundações desses partidos; pela falta de demarcação classista entre a **plataforma VAMOS e Guilherme Boulos** com as gestões petistas; e na recente “Frente Ampla pela Democracia, Soberania Nacional e Direitos do Povo Brasileiro”, que incluiu também **PCB** e o hoje “lulista combativo” **PCO**.

Para justificar essa aliança “pró-democracia”, muitos têm falado em uma **ascensão fascista**. Mas diante do avanço do autoritarismo do Estado e dos movimentos de extrema-direita (que não consideramos que sejam majoritariamente fascistas nesse momento), precisamos de uma frente única que seja um **instrumento de mobilização do proletariado**, usando de métodos como manifestações de rua, autodefesas, ocupações e greves. Nada parecido com o ato eleitoral com o qual o PT lançou as candidaturas de Lula, Celso Amorim e Lindenberg Farias no Circo Voador, travestido de “ato em defesa da democracia”. Mesmo com o crescimento de uma direita violenta que tem no PT seu alvo principal, é ridículo ainda ter ilusões de que a direção petista vá dar um “giro à esquerda” e mobilizar a classe trabalhadora contra a burguesia com a qual desesperadamente quer reatar. O que o PT e cia. querem é **retornar ao poder via eleições**, e para isso tem atuado sistematicamente no sentido de transformar toda e qualquer mobilização potencial em **ganho eleitoral**.

Diante disso, a postura de alguns grupos socialistas do PSOL – as correntes **MAIS/NOS**, **LSR**, **Insurgência** – e de organizações como **PCB** tem sido não a de **denunciar** essas jogadas do PT e seus aliados, mas de lhes dar **cobertura pela ‘esquerda’**, aderindo com entusiasmo a **blocos políticos** que acabam reforçando as **ilusões** de que é possível derrubar a austeridade por meio de **plebiscitos** e **eleições**, e de que seria possível resolver as contradições sociais entre os trabalhadores e

patrões por dentro do Estado burguês. Com isso, acabam mais uma vez reforçando ilusões na **institucionalidade burguesa**, como já haviam feito ao focarem na agitação por “**direitas já**” e/ou “**eleições gerais**”, “**assembleia constituinte**” etc. Por outro lado, o **PSTU** (que até março de 2017 também defendia “eleições gerais”) insiste em não enxergar nenhum avanço da direita e segue vendo com indiferença, ou até com bons olhos, a seletiva “prisão dos corruptos” da **Lava Jato**, que reforça a Polícia Federal e o Judiciário burguês, tal como fizeram diante do golpe e da prisão de Lula.

Ao contrário dessas perspectivas, nós do **Reagrupamento Revolucionário** encaramos que a tarefa mais fundamental dos socialistas revolucionários é a **denúncia sistemática do capitalismo e das instituições da burguesia**, construindo desde já e de forma insistente a noção fundamental de que **são os trabalhadores que tem que governar**, através da expropriação econômica e política da burguesia. Também insistimos na urgência de uma **frente nacional de lutas**, que acumule ações e forças para lançar uma **greve geral por tempo indeterminado** como a única forma possível de derrotar os ataques da burguesia. No interior de um espaço assim, defenderíamos a necessidade de **extinção das forças repressoras do Estado burguês**, o direito dos movimentos sociais à **autodefesa** e a luta por um **governo revolucionário da classe trabalhadora**, além de demandas democráticas e sociais. Já está mais do que na hora de pararmos de difundir ilusões no Estado dos patrões e na ordem capitalista, e nos chocarmos frontalmente contra ela!



LEIA TAMBÉM

A esquerda ante a crise brasileira, março de 2017:
<https://tinyurl.com/hptadls>

A crise política brasileira e a necessidade de um programa classista e revolucionário, fevereiro de 2017:
<https://tinyurl.com/y8y2wwz6>

Contra a intervenção militar no RJ! Segurança se consegue com empregos decentes e qualidade de vida!

Março de 2018



“Quantos mais vão precisar morrer”?

A **intervenção militar** no Rio de Janeiro cumpre dois objetivos principais: acalmar o **empresariado local**, que vem fazendo grande pressão por conta dos roubos de carga e assaltos, e tentar elevar a popularidade do governo golpista de **Temer e sua gangue de corruptos**, para ajudar nas urnas o candidato que eles escolherem para sucessão em outubro. Ou seja, nunca teve como objetivo atender aos interesses da **população trabalhadora**. Muito pelo contrário, os trabalhadores pobres das favelas e bairros do subúrbio – com destaque para os **negros e negras** – tem sofrido com a intensificação dos absurdos cotidianos como esculachos, ameaças e execuções (por “bala perdida” ou “achada”).

Sem dúvidas há um aumento da violência na cidade e na baixada, mas isso ocorre por conta da **crise econômica** e das **contrarreformas**, que tem gerado demissões, aumentado o custo de vida, reduzido salários e direitos e precarizado as condições de trabalho, empurrando muitos para a criminalidade em ato desesperado de sobrevivência (enquanto empresários e banqueiros seguem ganhando isenções e empréstimos milionários para manterem seus lucros). Obviamente isso não se resolve com **repressão**, pois há anos a polícia, braço armado dos patrões, age dessa forma e isso só faz piorar a vida dos trabalhadores pobres.

Além disso, a intervenção militar, assim como a criação de um Ministério de “Segurança Nacional”, posto nas mãos de um general, confere mais poder aos militares do que eles tiveram desde o fim da ditadura, abrindo enormes riscos aos direitos democráticos já fragilizados.

O general Sérgio Etchegoyen, aliado chave de Temer e linha de frente na intervenção, já deixou claro que vê os **movimentos sociais**, que defendem os direitos do povo trabalhador, como inimigo a ser combatido.

É isso tudo que a vereadora **Marielle Franco** (PSOL) vinha denunciando: os responsáveis pela intervenção militar já deixaram claro que querem carta branca para matar quem eles bem entenderem, e os racistas assassinos de farda da PM tem ficado mais à vontade que nunca para realizarem suas matanças de praxe. Por mexer nesse vespeiro tentaram silenciar Marielle da forma mais brutal, mas milhares de vozes estão ecoando suas denúncias e sua luta contra a intervenção, no Rio, no Brasil, no exterior. Se antes já era urgente unificar os movimentos sociais, sindicatos e organizações da esquerda em um forte movimento contra os ataques de Temer e a intervenção militar, depois dessa execução que tenta calar as denúncias isso se tornou questão de vida ou morte, literalmente.

Chega de ilusões no Estado dos patrões e na ordem capitalista!

Uma tarefa imediata da classe trabalhadora do Rio de Janeiro e baixada é construir um espaço de mobilização com representações de todos esses setores, criando um **instrumento de lutas** enraizado na mobilização das bases e gerido democraticamente pela nossa classe. Um instrumento desses precisa tomar para si a tarefa de **investigar de forma independente** a execução de Marielle, pois é óbvio que os órgãos de repressão do Estado capitalista não são confiáveis para isso. Ele precisa também

lançar uma **jornada de lutas**, que vá além das necessárias manifestações de rua e englobe greves, piquetes, ocupações de órgãos públicos, como forma de colocar contra a parede os patrões e seus lacaios nos governos municipal, estadual e federal. Pois só assim conseguiremos arrancar uma vitória verdadeira e duradoura, indo da **exposição e punição dos executores** de Marielle até o **fim da intervenção militar** e à **reversão das contrarreformas** de Temer e sua corja.

Isso não é uma tarefa fácil, pois vai contra a perspectiva de boa parte da esquerda, que desde o golpe que removeu Dilma do poder e demonstrou a serviço de quem e do que está o Estado, até o recente começo da “corrida eleitoral”, vinha focando em defender falsas soluções que não vão além da institucionalidade burguesa, como “**eleições gerais**” (conjunto do PSOL, MAIS, NOS, e mesmo o PSTU, que defendeu isso até março de 2017) ou “**assembleia constituinte**” (MRT/Esquerda Diário), para não mencionar os que acham que a solução era o “**volta Dilma**” e/ou “**Lula 2018**” (PT, PCdoB, PCO).

Ao contrário dessas perspectivas, nós do **Reagrupamento Revolucionário** encaramos que a tarefa mais fundamental dos socialistas é a denúncia

sistemática do capitalismo e suas instituições, difundindo a mais profunda desconfiança nelas e construindo a noção fundamental de que são os trabalhadores que tem que governar, através da expropriação econômica e política da burguesia (uma revolução socialista). Por isso, temos defendido a formação de uma **frente nacional de lutas**, que acumule ações e forças para lançar uma **greve geral por tempo indeterminado** até que caiam todos os ataques. Uma frente no RJ contra a intervenção militar, mobilizadora e enraizada nas bases, seria um excelente embrião para esse instrumento. No interior de um espaço assim, defenderíamos a necessidade de **extinção das forças repressoras** do Estado burguês, o **direito dos movimentos sociais à autodefesa** e a luta por um **governo revolucionário da classe trabalhadora**. Já está mais do que na hora de pararmos de difundir ilusões no Estado dos patrões e na ordem capitalista, e nos chocarmos frontalmente contra ela. A execução de Marielle foi um “recado” para todos os lutadores e lutadoras e para a população pobre e negra. Nossa resposta tem que ser devastadora!



Continuação da p. 10

de opressão de Madrid podem e devem ser quebradas pelo povo Catalão, mas a continuidade do domínio imperialista (sobretudo dos capitalistas franceses e alemães) impede uma verdadeira independência e liberdade.

É por isso que o proletariado e a sua vanguarda revolucionária não podem seguir acriticamente o discurso da burguesia catalã. Devem desde já alertar que os aliados burgueses circunstanciais de hoje na luta pelo direito de independência são os que amanhã irão, se ela ocorrer, aplicar novos pacotes de austeridade contra os trabalhadores e o povo, a serviço de uma agência imperialista ou de outra.

Os marxistas devem apoiar o direito de autodeterminação dos povos, que nesse caso implica defender a escolha da Catalunha pela independência. Trata-se da defesa de um direito nacional-democrático e aqueles que querem ver o governo de Madrid derrotado por uma revolução operária devem se opor à opressão que ele exerce contra as nacionalidades. É preciso defender igualmente a queda dos processos contra os cidadãos e políticos catalães que advogam a independência e exigir a retirada de todas as forças policiais espanholas da Catalunha. Isso não significa apoio ao governo burguês de Puidgemont.

A unidade da classe trabalhadora contra a exploração dos capitalistas, independente de barreiras ou diferenças nacionais, é um pressuposto básico para a vitória de um movimento socialista revolucionário. É necessária a mais forte unidade nas lutas políticas e solidariedade entre trabalhadores catalães, castelhanos, bascos, galegos etc., com ou sem a realização da independência. Tal pressuposto só pode ser mantido se os trabalhadores de todo o Estado espanhol se opuserem, com seus métodos de

luta, à repressão que o povo catalão está sofrendo. Mas os marxistas não defendem uma “balcanização” da Península Ibérica em vários pequenos Estados, e sim a criação de uma **federação socialista ibérica**, um Estado operário em que as nacionalidades tenham uma efetiva liberdade e autonomia, e que defenda os interesses do conjunto da classe trabalhadora contra os capitalistas nacionais e estrangeiros.

Nenhuma “unidade” legítima, por outro lado, pode ser mantida com base na força opressora do atual Estado burguês espanhol. Daí ser uma posição traiçoeira e vergonhosa a dos partidos como o “Unidos Podemos”, cujo secretário-geral, Pablo Iglesias, se declara a favor de “garantir democraticamente a unidade territorial” da Espanha, fazendo coro com Rajoy ao considerar “ilegal” a declaração de independência catalã e propondo, em vez disso, um referendo tutelado pela União Europeia. Ao contrário deste pretenso partido “democrático”, não reconhecemos nenhuma democracia em correntes que prendem à força uma nação oprimida que quer se separar de um Estado opressor. Conforme apontou Leon Trotsky:

“Nosso programa é pela Federação Hispânica com a manutenção da indispensável unidade econômica. Mas nós não temos a intenção de impor esse programa sobre as nacionalidades oprimidas da península com a ajuda das armas da burguesia. Nesse sentido, nós somos sinceramente pelo direito à autodeterminação. Se a Catalunha se separar, a minoria comunista da Catalunha, assim como a da Espanha, terá que conduzir uma luta por uma Federação.” (A Questão Nacional na Catalunha, julho de 1931).



A “Lava Jato” e a Justiça burguesa não têm legitimidade, mas não perdoamos os crimes do PT contra a classe trabalhadora!

Sobre o julgamento e a prisão de Lula

Janeiro e abril de 2018



No dia 24 de janeiro, Lula foi condenado em segunda instância por crimes de corrupção, com pena de 12 anos e 1 mês de prisão, colocando no limbo suas intenções de se candidatar mais uma vez à Presidência (candidatura que, segundo várias pesquisas eleitorais, muito provavelmente seria vitoriosa). Agora seu destino depende de apelos ao Supremo Tribunal e ao Tribunal Supremo Eleitoral. Mas, tendo sido rejeitado seu pedido de habeas corpus pelo Supremo Tribunal, ele optou por se entregar à PF no dia 7 de abril, demonstrando enorme confiança na justiça burguesa, e total indisposição para mobilizar as bases do PT e seus satélites em sua defesa. Nas atuais condições, de dentro da cela improvisada em Curitiba, Lula dificilmente conseguirá ter algum papel eleitoral significativo em outubro.

Encaramos que um partido da classe trabalhadora não pode jamais delegar à polícia e à Justiça dos patrões a tarefa de realizar a limpeza dos políticos e empresários corruptos, pois é evidente que isso não acontecerá. A operação “Lava Jato” já demonstrou que não vai se colocar a serviço de uma investigação da casta política ou do meio empresarial de forma minimamente séria. As prisões e denúncias buscam criar uma fachada de “luta contra a corrupção”, além de serem usadas por uma fração da classe dominante contra seus adversários políticos. Não será “levada até o fim” pois os órgãos do Estado burguês não podem fazê-lo – o que significaria o Estado voltar-se contra si mesmo e contra os poderosos que mantêm vínculos íntimos com chefes dos três Poderes.

Não há dúvida do envolvimento do governo

do PT em crimes de corrupção. Isso fazia parte do jogo político de se aliar ao PMDB e companhia. Nem o próprio PT pode negar, só nega que o Lula esteja envolvido. Mas os responsáveis pela investigação e condenação de Lula devem também ser denunciados, pois é um julgamento político parcial orquestrado nos interesses de setores reacionários da burguesia.

A investigação do “caso do Triplex” possui diversas irregularidades: baseia-se em delações e vazamentos seletivos, além de apresentar indícios fracos, se comparados com os de muitos outros casos demandando investigação que têm desde já provas contundentes e foram ignorados – Aécio Neves/PSDB, Romero Jucá/PMDB. Os grampos ilegais sobre os advogados de Lula, as mudanças no depoimento de testemunhas, que apontam para uma tentativa de incriminação, a celeridade do julgamento (“incomum” é pouco para descrevê-la) mostram que esse não é um “julgamento legítimo” (dentro dos próprios padrões da Justiça burguesa).

É claro que a condenação de Lula não é o mesmo que uma cassação do registro do PT, mas é uma maneira de uma fração da burguesia se fortalecer fazendo uso do Judiciário e da Polícia para atingir a fração burguesa oponente, PT e aliados, nas eleições que se aproximam. Lula não é “dos nossos” e esse não é um caso típico de defesa de presos/processados políticos. Mas num contexto de endurecimento do regime, ainda nos limites formais do “Estado democrático de direito”, há de ter um cuidado com a abertura de precedentes.

Não se pode exigir ou “comemorar” sua condenação

porque quem a realiza está mais forte do que nunca – e são nossos inimigos! Mesmo motivo pelo qual tal evento não pode ser “ignorado”. É preciso, sobretudo, voltar as críticas para a Lava Jato e à Justiça do Estado burguês, que subvertem várias garantias constitucionais na busca de sua *vendeta* contra certos políticos, enquanto protegem a outros.

A tarefa dos revolucionários, porém, não deve ser a de defender que Lula é “inocente” e sim, mesmo agora, expor as críticas ao seu governo e ao papel cumprido pelo PT de traição e contenção das lutas da classe trabalhadora, de condução de ataques (como a reforma de Previdência feita em 2003), a manutenção da política econômica de favorecimento a bancos e grandes empresas nacionais e imperialistas, privatizações, a conciliação com os “caciques” da política tradicional brasileira (muitos dos quais os traíram quando do impeachment de Dilma) e um longo etc. As concessões e melhorias sociais implementadas pelo governo do PT (sobretudo nos governos Lula), devem ser defendidas contra os cortes. Mas também não se deve perder de vista quão relativamente pequenas foram diante do quadro de uma ordem social desigual que tais governos ajudaram a manter, e de continuidade do poder político nas mãos da classe dominante.

A consigna “Pelo direito de Lula ser candidato!” (defendida por correntes que se reivindicam socialistas) coloca foco na questão eleitoral. Isto é uma prioridade para o PT e seus aliados políticos, mas não para os trabalhadores. Não é como se sua campanha (e tampouco as próprias eleições burguesas) fosse um “refúgio” contra o avanço da reação – coisa que tal candidatura não é, sobretudo visto os acordos com políticos golpistas, e que um novo governo do PT seria um governo burguês ajustador. Portanto, o foco não deveria ser esse e sim a denúncia da Lava Jato e da Justiça, sem esquecer de lembrar do papel político do PT em todo o período histórico recente (elemento por vezes “esquecido” ou secundarizado por tais correntes).

Tal julgamento acontece às vésperas da votação da “reforma” da Previdência e em meio a um turbilhão de ataques do Estado capitalista contra direitos dos trabalhadores, em sua busca ávida por propiciar condições de aumento da exploração do trabalho. As centrais sindicais alinhadas ao PT têm traído as lutas, como quando cancelaram o dia de paralisações marcado para 5 de dezembro de 2017. A luta contra essas medidas de “ajuste” (contra os trabalhadores e o povo) é que deve ser o foco da nossa classe, no qual a organização de uma frente única dos trabalhadores – para realizar ações práticas até derrotá-las – seria um passo fundamental.

A questão da corrupção

Uma justiça feita nos interesses dos trabalhadores seria muito mais severa contra os crimes de corrupção da burguesia (tráfico de influências, recebimento de propina, desvio de dinheiro público, favorecimento ilícito, etc.)

do que aquela feita pelos órgãos do Estado capitalista. E poderia efetivamente ser aplicada a todos os representantes da classe dominante, sem ganhar ares de uma “disputa de facções” que ocorre atualmente. Na atual situação, muitos políticos seguirão impunes e empresários terão penas atenuadas; outros representantes da classe dominante irão se arfar como paladinos da moral e da “luta contra a corrupção” somente para depois terem revelados seus próprios esquemas e ações criminosas, como aconteceu com Aécio/PSDB no ano passado, com o vazamento de uma gravação em que ele exigia pagamento de propina.

Como um primeiro passo para acabar com a corrupção envolvendo empresas e o Estado, defendemos que as empresas envolvidas em casos de corrupção sejam expropriadas de seus donos corruptos pela população, e geridas pelos trabalhadores, e que os políticos que estiverem envolvidos com as mesmas tenham seus bens e riquezas confiscados. Além disso, exigimos também o fim de todas as benesses de políticos e juízes, e que os seus salários sejam iguais ao salário médio de um trabalhador. Esses seriam princípios elementares em um governo da classe trabalhadora – que é o objetivo pelo qual lutamos. Policiais, juízes e outros funcionários de Estado não devem pairar acima do povo. Aqueles que cometem crimes deveriam ser retirados de seus postos por decisão de comissões populares, escolhidas pelas organizações da classe trabalhadora, encarregadas de fazer uma investigação independente do Estado e da influência dos poderosos.

Também não esqueçamos que a polícia e a Justiça burguesa realizam constantemente desrespeitos aos mais básicos direitos democráticos (ataque ao direito de greve e de manifestação, prisões ilegais, invasões de domicílio sem mandato nas favelas e periferias, assassinatos encobertos no campo e nas cidades etc.). Isso mostra que de “neutras”, elas nada têm. Durante anos, o próprio PT foi, no mínimo, conivente com esses atos, isso quando não foi protagonista, como no caso da “Lei antiterrorismo”, feita para beneficiar a FIFA e outras empresas nos consórcios da Copa do Mundo e Olimpíadas. Só pode haver fim das condições para a corrupção numa sociedade sem exploração, sem exploradores e sem brutal desigualdade – uma sociedade radicalmente diferente da atual, que promova racionalmente os interesses da grande maioria, uma sociedade socialista.

ADENDO (09/04/2018): Percebemos que não estava suficientemente clara nossa **oposição** à prisão de Lula, não por acreditarmos em sua inocência, mas pelo caráter de clara **perseguição política** de todo o processo que culminou em sua condenação, incluindo violações da própria “normalidade burguesa”. Não fosse a confiança suicida do próprio Lula e PT nas instituições burguesas, sua prisão poderia ter sido evitada através dos métodos da luta de classes, uma vez que é do interesse objetivo da classe trabalhadora frear essa ofensiva judiciária, por mais que Lula e o PT há muito tenham se tornado a “ala esquerda do partido da ordem”.



Catalunha e o programa marxista

A Independência Catalã e a luta por uma Federação Socialista da Península Ibérica

Por Icaro Kaleb, novembro de 2017



No dia 1º de outubro, a Generalitat (governo regional) da Catalunha realizou um referendo de independência que foi duramente reprimido pela polícia espanhola, além de declarado “ilegal” pelo presidente Mariano Rajoy e pelas Cortes. Locais de votação foram atacados pela polícia, assim como também foram reprimidas manifestações favoráveis à independência. Apesar disso, a participação expressiva no referendo e o resultado (mais de 90% favoráveis à separação) deixou claro o desejo popular pela criação de uma República Catalã.

Apesar das vacilações do Partido Democrático Europeu Catalão – que dirige a Generalitat da Catalunha – e do seu presidente, Carles Puigdemont, a independência foi declarada alguns dias depois. Em seguida, o governo catalão foi deposto por meio do artigo constitucional 155, que afirma a inviolabilidade do território espanhol. Após fugirem do país, Puigdemont, membros de seu gabinete e outras autoridades catalãs acabaram se entregando à polícia na Bélgica e agora aguardam o julgamento em um processo por “rebelião, sedição e desvio de dinheiro público”.

A vitória do PDECAT nas eleições de 2016 e o ressurgimento do movimento independentista têm uma relação íntima com a crise econômica capitalista. O impacto da crise sobre a região mais industrializada do Estado espanhol deu voz aos setores independentistas, que afirmam que a separação permitiria a garantia de melhores condições de vida e a rejeição dos pacotes de austeridade. Em 2010, o Tribunal Constitucional revogou uma lei anteriormente aprovada pelo parlamento catalão,

que declarava a região *umanação* e que conferia maiores autonomias para a Generalitat. Uma das razões disso foi facilitar a imposição de políticas de austeridade à Catalunha.

A burguesia catalã deu um giro em defesa aberta da separação, e nisso contou com amplo apoio popular. Passou a organizar marchas e consultas populares sobre a independência, preparando o terreno para o referendo de 1º de outubro. Querem dessa forma alçar-se a uma posição mais autônoma em relação às “soluções” propostas pela União Europeia, Banco Central Europeu e FMI, e aplicadas pelo governo Rajoy. Essa é a razão pela qual França e Alemanha, países centrais da UE, declararam não aceitar a separação e deram todo seu apoio a Madrid. Afirmaram também que caso a independência catalã ocorra, o país será imediatamente excluído da UE. Os imperialismos alemão e francês não querem ver enfraquecido o seu “fiel vassalo” espanhol.

A posição da burguesia catalã está repleta de enganos. Ainda que tomado o seu potencial industrial, a Catalunha não seria capaz de concorrer de igual para igual com as grandes potências imperialistas europeias. A necessidade de empréstimos dos bancos imperialistas para modernização das forças produtivas, as consequentes imposições exigidas por tais credores na forma de políticas neoliberais, e o impacto dessas políticas sobre os direitos do proletariado rapidamente colocaria o país – no caso de a independência ser obtida – numa posição subalterna não muito diferente da Grécia ou de Portugal. As correntes

Continua na p. 07